



3	[0..1]	Evolução da alergia/reação adversa	Texto livre	
1	[0..1]	Procedimento (s) realizado (s) ou solicitado (s)		
2	[1..1]	Terminologia que descreve o procedimento	Identificador único do Objeto	Identificador da terminologia que será utilizada para informar procedimento (s) realizado (s) ou solicitado (s).
2	[1..1]	Nome e versão da terminologia que descreve o procedimento	Texto livre	Identificador da edição da terminologia utilizada para informar procedimento (s) realizado (s) ou solicitado (s).
2	[1..N]	Procedimento		
3	[1..1]	Nome do procedimento	Texto codificado por terminologia externa: SIG-TAP, CBHPM ou TUSS	Ação de saúde realizada no indivíduo durante o contato assistencial.
3	[1..1]	Status do procedimento	Texto codificado: Concluído Suspenso Solicitado	
3	[0..1]	Resultado ou observações do procedimento	Texto livre	
1	[0..1]	Prescrição no atendimento		
2	[0..1]	Medicamentos prescritos no atendimento (não estruturado)		
3	[1..1]	Descrição da prescrição	Texto	
2	[0..1]	Lista de medicamentos no atendimento (estruturada)		
3	[1..1]	Identificador único / recurso da terminologia		
4	[1..1]	Nome e versão da terminologia de medicamentos	Texto livre	
4	[1..N]	Medicamento	Texto codificado por terminologia externa: OBM	Indica o nome do princípio ativo, concentração, unidade de medida e forma farmacêutica do medicamento prescrito.
3	[1..1]	Unidade de medida	Texto codificado por terminologia externa: OBM	
3	[1..1]	Quantidade da unidade de medida	Caracteres numéricos	Quantidade da unidade de medida do medicamento prescrito.
3	[1..1]	Frequência de uso do medicamento	Texto livre	
3	[1..1]	Via de administração	Texto codificado por terminologia externa: OBM	
3	[1..1]	Duração de uso do medicamento	Caracteres numéricos	Tempo conforme ISO 8601
3	[1..1]	Estado do medicamento	Ativo Descontinuado Nunca ativo Tratamento completo Substituído	
3	[0..1]	Orientação sobre o uso do medicamento	Texto livre	
1	[0..1]	Plano de cuidados, instruções e recomendações (na alta)		
2	[1..1]	Descrição do plano de cuidados, instruções e recomendações	Texto livre	
1	[0..1]	Dados do desfecho		
2	[0..1]	Desfecho	Texto codificado: Alta Clínica; Encaminhamento; Transferência; Retorno; Alta Voluntária; Ordem Judicial; Evasão; Óbito; Permanência	Caracteriza o motivo de conclusão do atendimento.
2	[0..1]	Outras informações	Texto livre	
1	[0..N]	Anexos com os Resultados de Exames		
2	[1..1]	Descrição dos anexos	Texto livre	
1	[0..1]	Informações Adicionais/ Complementares		
2	[1..1]	Descrição das informações	Texto livre	

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.275, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a decretação de Liquidação Extrajudicial da PRONTOMED Assistência Médica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XXXIV do art. 4º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e nos termos da alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 16 de março de 2018, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.015277/2017-80, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica decretada a Liquidação Extrajudicial da PRONTOMED Assistência Médica Ltda., registro ANS nº 40.384-9, inscrita no CNPJ sob o nº 00.078.591/0001-10, e com fulcro no Inciso II, do art. 99, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, fixa-se como Termo Legal da Liquidação o nonagésimo dia anterior à data de decretação deste regime especial.

Art. 2º A Liquidação Extrajudicial será processada por liquidante nomeado por portaria específica da ANS, com amplos poderes de administração e liquidação, acarretando a perda do mandato dos administradores e membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos criados pelo estatuto da operadora, conforme dispõem os arts. 16 e 50 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, c/c o art. 24-D da Lei nº 9.656/98, e o disposto no inciso II do art. 20 e no art. 26 da Resolução Normativa - RN nº 316, de 30 de novembro de 2012.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO FONSECA DA SILVA  
Diretor-Presidente Substituto

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 2.276, DE 19 DE MARÇO DE 2018

Dispõe sobre a concessão da portabilidade extraordinária aos beneficiários da PRONTOMED Assistência Médica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária, realizada em 16 de março de 2018, considerando o relevante interesse público e o risco de dano irreversível à saúde dos consumidores, adota e o Diretor-Presidente Substituto da ANS, determina a publicação da seguinte Resolução Operacional:

Art. 1º Fica concedido o prazo por até 60 (sessenta) dias para que os beneficiários da PRONTOMED Assistência Médica Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 00.078.591/0001-10, registro ANS nº 40.384-9, exerçam a portabilidade extraordinária de carências para plano individual ou familiar ou coletivo por adesão da escolha desses beneficiários, observadas as seguintes especificidades:

I - a portabilidade extraordinária de carências pode ser exercida por todos os beneficiários da operadora, independentemente do tipo de contratação e da data de assinatura dos contratos;

II - o beneficiário que esteja cumprindo carência ou cobertura parcial temporária na PRONTOMED Assistência Médica Ltda. pode exercer a portabilidade extraordinária de carências sujeitando-se aos respectivos períodos remanescentes;

III - o beneficiário que esteja pagando agravo e que tenha menos de 24 (vinte e quatro) meses de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências, podendo optar pelo cumprimento de cobertura parcial temporária referente ao tempo remanescente para completar o referido período de 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo pagamento de agravo a ser negociado com a operadora do plano de destino; e

IV - o beneficiário que tenha 24 (vinte e quatro) meses ou mais de contrato no plano de origem pode exercer a portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo sem o cumprimento de cobertura parcial temporária e sem o pagamento de agravo.

§ 1º Não se aplicam à portabilidade extraordinária de carências tratada neste artigo os requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV e o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º todos do artigo 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 2º Aplica-se à portabilidade extraordinária de carências o requisito previsto no inciso V do art. 3º da RN nº 186, de 2009.

§ 3º Serão considerados como parâmetros de comercialização as Notas Técnicas de Registro de Produto - NTRP vigentes na data de publicação desta Resolução Operacional.

§ 4º A comprovação da adimplência do beneficiário junto à operadora do plano de origem dar-se-á mediante a apresentação de cópia dos comprovantes de pagamento de pelo menos 4 (quatro) boletos vencidos, referentes ao período dos últimos 6 (seis) meses.

§ 5º O beneficiário da PRONTOMED Assistência Médica Ltda. exercerá a portabilidade extraordinária, observando-se o seguinte:

I - poderá escolher diretamente na operadora de destino plano enquadrado em qualquer faixa de preço; e

II - poderá ser exigido o cumprimento de carência no plano de destino somente para as coberturas não previstas no tipo de plano de origem (sem internação, internação sem obstetrícia, internação com obstetrícia).

§ 6º A operadora de destino deverá:

I - aceitar, após pagamento da primeira mensalidade, imediatamente o consumidor que atender aos requisitos disciplinados nesta RO, não se aplicando o disposto no art. 9º e no § 1º do art. 11 da RN nº 186, de 2009;

II - divulgar em seus postos de venda a listagem dos planos a que se refere o inciso I do § 5º desta Resolução, com os respectivos preços máximos dos produtos; e

III - no caso do beneficiário da PRONTOMED Assistência Médica Ltda. estar internado, a portabilidade extraordinária poderá ser exercida por seu representante legal.